



Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA.
Data: 07 de fevereiro de 2023, das 14h às 17h.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
2	Cristiano Avila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
3	Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
4	Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria de Governo Municipal
5	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
6	Guilherme Peres Messas gmessas@gmail.com	Comitê para Regulação do Alcool (CRA) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
7	Guilherme Trevisan Kortas gtkortas@gmail.com	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas (GREA/USP)
8	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
9	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP)
10	Isabela Marques Lemos	Coord. Políticas de Drogas/SMDHC
11	Danilo Polverini Locatelli danilo.locatelli@uol.com.br	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (NEPSIS/UNIFESP)
12	Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com	Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP)
13	Márcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
14	Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org	Aliança de Misericórdia

Conselheiros ausentes (com justificativa)

1	Cláudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
2	Michel Rodrigues dos Santos Ferreira	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET)
3	Regianne Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
4	Cecilia Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Amanda Cardoso Silva amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer (SEME)
2	Felipe Becari Comenale felipe.becari@saopaulo.sp.leg.br	Com. Saúde Prom Social Trab Mulher
3	Francisca Henrique de Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
4	Ricardo Abrantes do Amaral ricardo.amaral@hc.fm.usp.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
5	Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org	Associação Aliança de Misericórdia
6	Renato Viterbo renatoviterbo103@gmail.com	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
7	Euclides Conradim econradim@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

OBS.: Aguarda-se a indicação dos representantes do CONED (Poder Público e Sociedade Civil).

Demais presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Cecília Galício ceciliagalicio@hotmail.com	ACUCA
2	Isabella Soares	SMDHC/DPS
3	Michel Willian de Castro Marques	ABORDA/É de Lei
4	Felipe A. Martins	ABRAMD
5	Olívia de Freitas Dórea Ribeiro	Assessoria SMADS
6	José Ribamar F. Raposo	Polícia Civil
7	Rosemeire Rosa de Oliveira	Conselheira Usuária UBS
8	Monici Gomes de Oliveira	Assessoria Quilombo Periférico
9	Marilene Bucci	Moradora do Centro
10	Maria Inês Sene	Moradora bairro Santa Cecília
11	Carolina Z. Steinocker	Residência Multi Saúde Mental UNIFESP
12	Alessandra Ramos	Residência Multi Saúde Mental UNIFESP
13	Juliana Machado	Estudante de Psicologia - Assessoria Coordenação Executiva
14	Fernanda Castillo de Souza	Residência Multi Saúde Mental UNIFESP
15	Maria Angélica Comis	Centro de Convivência - É de Lei
16	Fernanda R. A. Bezerra	SMDHC - CPD
17	Darcy Costa	Conselho Nacional de Direitos Humanos
18	Samara coletivolgbti@gmail.com	Co-Vereadora
19	Daniel Bira	Advogados Sem Fronteiras
20	João Paulo Guilherme dos Santos	Inspetor Geral - GCM
21	Cátia Kim	ITTC
22	Anita Silvia Vieira Lima	Coletivo Mexa
23	Alessandro Abrahão	CAPS AD III Santana
24	Anitta	Usuária

ABERTURA

INFORMES

PAUTA

- Informes Gerais;
 - Discussão sobre Operação Caronte e propostas para a Cracolândia apresentadas pelo Governo e Prefeitura;
- Obs.: realizado convite para Vice-Governador, Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Delegado Seccional
- GT Espaço de Uso Supervisionado – Eixo Técnico;

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

Marcos faz a abertura e todos presentes se apresentam.

2 INFORMES

Marcos informa que no dia 17 de janeiro, visitou a Fundação Porta Aberta, a convite da Alcione, localizado no bairro do Campo Belo, onde ficou positivamente surpreso com o trabalho da instituição, referindo ser um trabalho de alto nível. Informa ainda, que na ONG, estava presente toda a diretoria, inclusive o Conselheiro Mauro Spinola. Comenta que foi muito produtivo e lamenta pela Conselheira Alcione não estar presente nesse momento nesta reunião do COMUDA, tendo justificado sua ausência para todos os presentes. Diz que a estrutura que a Fundação Porta Aberta tem para as oficinas, maquinários, têm potencial para crescer ainda mais e que foi ótimo estar com eles.

Marcos atualiza que no dia 12 e dia 19, houve uma reunião junto ao Ministério Público do Estado, a convite do Dr. Arthur Pinto em conjunto com o Dr. Jair Ortiz, o novo Delegado da Seccional do Centro que corresponde ao território da Cracolândia. Comenta que o Dr. Arthur tem como objetivo a aproximação com diversos atores da sociedade civil, a fim de começarem uma aproximação e um diálogo com as forças de segurança do Estado, no caso, a polícia civil e com a abertura de um diálogo por parte do delegado Dr. Jair. Comenta que

havia diversos representantes da sociedade civil Refere, ainda, que os objetivos foram: aproximação; abertura do diálogo e acredita que parte disso, a presença do Dr. Raposo, Delgado de Polícia Civil representante do Delegado Seccional Dr. Jair Ortiz. O panorama apresentado é de que se trata de um momento de diagnóstico por parte das forças de Segurança Pública do Estado no território central, o qual está localizada a Cracolândia.

Marcos discorre que ainda que a Operação Caronte esteja paralisada nesse momento, a pauta fora proposta na reunião passada, onde nesta reunião seria discutida a Operação Caronte, sendo logo na mesma semana convidado pelo Dr. Jair para a referida reunião no Ministério Público, onde o Dr. passou que o momento seria de aproximação, conhecimento dos territórios, fazer diagnósticos e começarem a propor outras ações no âmbito da segurança pública. Junto disso, relata sobre a apresentação do programa, no dia 24, por parte do Governo do Estado e da Prefeitura e apesar de todos os acontecimentos do mês de janeiro, optaram por manter a pauta sobre a Operação Caronte e espera-se que possa ser discutida as questões de segurança pública a partir da apresentação de powerpoint com as propostas de ambos os Governos (municipal e estadual) enviada previamente aos Conselheiros. Refere sobre o convite feito para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Comandanta Elza, que até então não havia dado retorno. O sr. Vice Governador Felício Ramuth também foi convidado, uma vez que foi nomeado pelo Governador eleito como o responsável pelas ações na Cracolândia. Diz ainda que a ideia é saber quais são os planejamentos, falar um pouco dessas ações e entender sobre a chamada “Justiça Terapêutica”.

Marcos dando continuidade aos informes, conta sobre a 8º Conferência, referindo que a primeira reunião da Comissão Organizadora foi realizada e atualizou que haverá a segunda reunião na próxima sexta-feira, dia 10. Comenta que foi definido as datas da conferência que ocorrerá nos dias 10 e 11 de novembro, sexta e sábado e o tema central ou norteador também foi definido pela comissão organizadora, que será “*Os Direitos Humanos no centro das Políticas sobre Álcool e outras Drogas*”. Comenta ainda, que nessa semana, deverá ser discutido quais serão os eixos e definição de como serão as pré-conferências, a divisão territorial no município para saberem como será o processo das mesmas. Diz que estabeleceram que as pré-conferências devem ser realizadas até trinta dias antes da conferência, devendo ser concluído esse processo até o dia 11/10/2023.

Marcos atualiza a todos os presentes sobre o material do Ciclo Formativo, referindo que a ideia é que seja publicado, pois considera-se que esse material é precioso, iniciando-se a análise sobre os trâmites necessários para a publicação, com a finalidade de se obter o maior alcance possível para esse material.

Isabel refere que estava de férias e que deseja contar sobre o curso de capacitação voltado para rede da SMADS que começa no próximo mês. Diz que no final do ano, tiveram uma troca de coordenação no ESPASO - Espaço Público do Aprender Social - Escola de Formação da Assistência, onde as coisas estavam um pouco paradas e devido a troca de coordenação, o ESPASO conseguiu voltar a mobilizar alguns trabalhos importantes. Comenta que a partir de uma articulação com a Escola Paulista de Medicina - UNIFESP com a área de psiquiatria, foi desenhado um curso chamado Trilha Formativa com nome de “População em situação de rua, vulnerabilidades: saúde mental e drogas” Diz que trouxe um primeiro esboço do conteúdo programático deste curso, onde a ideia é que comece somente no mês de março. Diz ainda, que foi desenhado dialogando com trabalhadores da rede e que a ideia é que possa ser apresentado para a UNIFESP, chegando assim numa versão final. Quer propor, se estiverem todos de acordo, de enviar por email a fim de colher contribuições, pois como isso ainda não está fechado e seria importante a contribuição do conselho pelo acúmulo de suas experiências. Refere que o curso tem como público alvo 700 trabalhadores da rede assistencial, porém foi primeiro pensado nos trabalhadores do SEAS- Serviço Especializado de Abordagem Social, mas a ideia é que também englobe trabalhadores dos Centros Pops, dos Centro de Acolhida e dos Núcleos de Convivência. Diz que este primeiro esboço que será enviado entre hoje e amanhã dia 08, está prevendo três módulos de atuação. O primeiro módulo será: Drogas e Dependência Química dentro dos territórios e olhares, que falará sobre quais são as diferentes drogas, origens, como abordar usuários de drogas no contexto da assistência social que é o foco do curso. O segundo módulo será Saúde Mental das pessoas em situação de rua e o terceiro módulo que é autocuidado dos trabalhadores e relatos de experiência, com foco principalmente na prevenção da Síndrome de Burnout.

Marcos pede que Isabel envie um email geral para todos os conselheiros sobre o curso de capacitação para que todos possam contribuir.

Michel informa que o Centro de Convivência É de Lei, a Iniciativa Negra Para uma Nova Política de Drogas e o mandato da Vereadora Luana Alves, se juntaram para fazer ação de redução de danos no carnaval, em São Paulo. Comenta que o lançamento dessa campanha acontecerá no dia 16 de fevereiro na Rua Conselheiro Brotero nº 506 - Bar da Dona Tati. No dia 25 de fevereiro acontecem ações no bloco Cecílias e Buarques a partir das 14:00. No dia 17 de fevereiro às 14:00 vai sair o Blocolândia, que é um bloco de carnaval que existe desde 2015, constituído por trabalhadores e usuários do Centro e as pessoas que frequentam a cena de uso. Comenta ainda que gostaria de convidar todas e todos e que ainda não fizeram a arte, mas informa que o É de Lei vai organizar um evento nos dias 09 e 10 de março, chamado

Encontro Nacional de Redução de Danos: do fluxo ao fervo, onde dia 09 será online e dia 10 presencial no Teatro de Contêiner Mungunzá. Diz que uma das mesas falará sobre “Quais as políticas públicas que chegam ao chamado fluxo”; outra mesa falará sobre “Espaços de convivência”; “Redução de danos em peso - atuação em contexto de festas”; terá uma feira de apresentação de projetos que acontecem no território das 14:30 às 18:00. Refere também que haverá a exibição de um longa metragem chamado “Fluxos” que conta a histórias de pessoas que viveram em situação de rua e o lançamento de um livro da Antropóloga chamada Luana Malheiro da Bahia.

Marcos informa que foi enviada uma carta de moção de apoio do COMUDA para o desfile do bloco de carnaval Blocolândia, para que possam realizar o desfile no percurso planejado. Sem mais informes, finaliza, iniciando as pautas.

3 PAUTAS,

3.1 - Discussão sobre Operação Caronte e propostas para a cracolândia apresentadas pelo Governo e Prefeitura;

Marcos inicia dizendo que na reunião de janeiro foi definido que seria discutida de uma de uma maneira mais objetiva a Operação Caronte e os seus desdobramentos nesta reunião. Inicialmente, de uma maneira rápida, explica aos presentes sobre o que é o COMUDA, que desde 2002 foi instituído por lei na cidade de São Paulo, sendo sua última legislação que versa pelo COMUDA de 2019/17.089, que é a lei da Política de Drogas, onde lá há artigos que regem o COMUDA. Diz que o COMUDA tem vinte e sete conselheiros com mandato de dois anos, com representantes do governo de diversas pastas, Secretaria de Governo, Direitos Humanos, Saúde, Assistência, Educação, Segurança Urbana, Esportes, entre outros. Comenta que o COMUDA tem ainda, representantes da Sociedade Civil através dos conselhos de classes, como Conselho de Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Farmácia e Assistência Social. Compõe ainda as Instituições Acadêmicas, com representantes neste mandato a Unifesp, USP, Faculdade de Medicina da Santa Casa, representantes da Sociedade Civil que são as ONGs que costumam participar dos debates das políticas de álcool e outras drogas além de representantes do Poder Legislativo, que possui três representações no colegiado. **Marcos** discorre que como órgão de controle social, faz parte do COMUDA poder discutir, participar, contribuir com as políticas públicas, com o objetivo de serem realizados diálogos, tendo muito que contribuir, pois segundo **Marcos**, trata-se de um conselho de grandes especialistas, que representam grandes instituições, pessoas que estão há muito

tempo no território central e por esse motivo, todos têm uma participação sempre muito forte e que atores da sociedade civil também são presentes e contribuem nestas reuniões, com o Conselho. Reforça que este é um espaço de construção, para juntos pensarem as políticas públicas dentro desse espaço de compromisso e controle social. Explana, que a ideia é começar pela Caronte, para tentarem entender como está hoje e assim, poderem olhar um pouco como foi. Refere que os dados mostram, que após a dispersão em maio, existem 16 minis cracolândia no centro da cidade. Diz ainda que percebem os índices (que são públicos) de violências, de segurança pública na região do centro, falando isso também como morador, comentando que reside no centro de São Paulo há muitos anos e esses casos são, por exemplo, de roubos de celulares, pequenos furtos. Comenta que percebem também a dificuldade das equipes de saúde e assistência de se aproximarem das pessoas que ainda estão nesses núcleos. Como referência, traz dados do início de janeiro, dia 3, onde 196 pessoas haviam sido detidas ao longo da operação. Acredita ter pessoas presentes nesta reunião, muito gabaritadas, que estão muito presentes no território e que acabam trazendo uma perspectiva, contando que perceberam um novo momento na polícia, onde o diálogo da sociedade civil apresentava-se muito difícil, com o então delegado que estava comandando a operação. Continua comentando que talvez a parte da sociedade civil mais escutada, eram os moradores, porém quando se fala em sociedade civil, os moradores são importantíssimos, que não existe solução sem passar por eles também, mas este é o colegiado permitido por lei, nomeado pelo Prefeito e que precisavam conversar sobre isso, apesar desse novo momento, onde muita coisa aconteceu do início do ano até a presente data. Comunica que o COMUDA também tem participado do GTI, que é o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a cracolândia, realizado pela Assembleia Legislativa e a Câmara dos Vereadores, no qual fizeram um acompanhamento muito próximo dos desdobramentos da Caronte, inclusive se fazendo presente no território.

Dr. Raposo, Delegado de Polícia, refere que muitas das coisas que vai falar nesta reunião são pessoais porém que se pudesse separar o profissional do pessoal e que acha que isso é importante. Comenta que é Delegado de polícia há trinta e três anos, tem uma história na corporação e que sabe como é o relacionamento da polícia em situações problemáticas. Diz ainda que tinha um pensamento sobre a cracolândia e que há muitos anos atrás trabalhou no 1º DP, em 1991, no qual voltou depois. Refere que o Dr. Jair Ortiz (Delegado da Seccional Centro) e todos da Seccional têm a missão de contribuir para a tentativa das resoluções de muitos problemas. Confessa que não tinha conhecimento, sendo quase zero a respeito da cracolândia e corrige dizendo que nem pode mais chamar de Cracolândia por haver uma nova

nomenclatura, até o dia que conheceu o Inspetor Guilherme (GCM), para saber como é a situação. Reforça que neste momento está falando como cidadão e ficou de boca aberta, pois o Inspetor passou o conhecimento que ele tem a respeito da cracolândia, dos problemas e de certos acontecimentos e diz perceber que desconhecia muitas questões.

Raposo diz ainda que hoje escolheu vir à reunião, contando que tinha dois compromissos que deveria estar presente, um deles, a respeito de furto de moto e o outro a reunião do COMUDA, escolhendo vir a esta reunião para conhecer as pessoas presentes e humildemente aprender com todos. Considera que o problema da cracolândia não é caso só de polícia e que muitos atores têm que se unir para tentar diminuir o problema. A respeito da proposta com o Vice Governador, na reunião desta manhã, apesar de não ter ido a reunião já tinha uma percepção e diz que achou muito interessante, que temos que nos unir mesmo, estando aqui para contribuir, aprender, saber a realidade, porque eles ficam fora da realidade e da ênfase em tentar resolver os problemas pontuais, apoiar essa iniciativa do Governo Estadual e Municipal, juntamente com toda a expertise de todos os presentes que podem ajudar muito, pois segundo ele, todos têm a noção da realidade e que ainda está chegando agora, mas que encontrou o Inspetor Guilherme que “deu uma luz”, ficando sensibilizado com o que este lhe transmitiu. Reforça que a polícia, a 1ª Delegacia Seccional, o Doutor Jair, ele e todos os funcionários estão imbuídos de ajudar, aprender, colaborar com o que for possível e ainda, explicar a atuação da polícia civil, da guarda civil, da polícia militar, onde todos os atores da área da segurança possam explicar suas atuações, unindo-se assim, para tentar ajudar.

Marcos agradece a fala do Delegado Dr. Raposo, menciona novamente sobre o convite da Comandanta Elza e que o Inspetor Guilherme (GCM), presente na reunião, está representando ela.

Inspetor Guilherme com a palavra diz que ficou na cracolândia há mais ou menos uns vinte e cinco anos e que tem fotos deles desde o início, quando começou na Rua do Triunfo. Comenta que acompanhou o crescimento e as mudanças da cracolândia, ficando lá todos os dias, de segunda a sexta-feira das 11:00 às 20:00 e segundo o Inspetor, era muito comum conhecer por nome as pessoas de lá. Diz que todos os dias vai à cracolândia, vai sempre sozinho, conversa com as pessoas e é a única pessoa fardada que entra lá, de acordo com seu conhecimento. Comenta que na cracolândia alguém desaparece, ou porque foi preso ou porque sofreu algum tipo de sanção “por parte do crime e essa é a grande realidade, pois se alguém pisar na bola, vai desaparecer” (sic). Discorre que chegou a formar um grupo lá, por conta de tantas mães que vão procurar seus filhos, que ele pensou que precisava dar um jeito nisso, as ajudando. Criou então um grupo chamado: Mães da Cracolândia, onde elas

passavam a foto dos filhos e o objetivo era ajudar as mães a encontrar o filho fora do fluxo, muitas vezes chegava a mãe, a esposa e a criança, dessa forma, ele tirava essa pessoa do fluxo, da Praça Prestes e o levava fora do fluxo e quando esse via sua família, pedia perdão e voltava para o fluxo. Refere que algumas pessoas pensam que tem uma ideia mirabolante para acabar com a cracolândia, comentando que não é tão simples assim e diz ainda que a Rua Helvétia tinha a maior concentração de usuários. Fala que em 2012 houve uma operação, no qual participou e essa operação contou com a participação do Ministério Público, Defensoria, Polícia Militar, Guarda Civil, Polícia Civil, Tribunal de Justiça, onde falaram que ia acabar com a Cracolândia em São Paulo, porém ela se espalhou por diversos pontos, é como ter um câncer localizado e tirar uma metástase, alerta o Inspetor. Segundo o Inspetor, a cracolândia não é tão simples, requer muito estudo e controle e como é ter esse controle?, indaga. Não deixar mais pessoas chegarem, evitar que essas pessoas cheguem no espaço. Conta que certa vez chegou no fluxo e o Rubens, um dos moradores do local, chegou nele e disse que ele encontraria umas quarenta pessoas novas, no qual ficou surpreso com a informação. Conta que um ônibus vindo de Santos, deixou novas pessoas no local, dirigindo-se a triagem, explica que na triagem eles montavam uma linha, uma guarda, onde todos eram abordados e eram realizadas buscas nas mochilas e bolsas. Diz que quando começou a ver as pessoas com roupas limpas e novas, abordava e perguntava o nome e de onde era, como a pessoa tinha chegado até o local. De acordo com o Inspetor, foi prometido a eles que eles viriam a São Paulo para fazer tratamento no CRATOD, porém os soltaram na cracolândia. Afirma que toda vez que tem algum programa na cracolândia começa a dar certo, chegam pessoas de outros municípios para São Paulo. Diz que chegam crianças de São Vicente, local de grande pobreza e essas crianças foram abandonadas na região, porém, segundo ele, começou a ter muito problema com roubos de celulares e correntinhas, nos momentos de parada na Avenida do Estado. Refere que essas crianças desapareceram no “ar” até que um dia ele falou: “a viatura fica aqui que eu vou pra beira do rio Tamandateí”, contando que as crianças correram, pularam para dentro do rio, onde acabou pulando junto e em determinado local do rio, essas crianças estavam morando ali e quando foi conversar com elas, eram de São Vicente, que subiram para São Paulo de perua, comentando que o motorista disse que havia acabado a gasolina e que foi abastecer porém não voltou mais. Diz que ele está em diversos lugares todos os dias e vê a mudança das pessoas, porque tem sempre acesso a elas. Refere ainda que sabe quem são os antigos e tem livre acesso a cracolândia, ainda, dialoga bastante e já sabem quem ele é. **Inspetor Guilherme** comenta sobre o caso de ovó Mafalda”, que era o “disciplina” na cracolândia, diz que hoje em dia, não se leva mais o

nome de disciplina e sim “Salveiro”, que é a pessoa que toma conta do fluxo e tem o “Prateiro”, que é aquele que vende a pedra de crack no prato e tem ainda o “Olheiro” que fica em volta do fluxo que é pra olhar se a polícia chega. Fala que Vovó Mafalda chama-se Reginaldo, no qual foi resgatado pela Igreja Bola de Neve após vinte e nove anos de cracolândia e conseguiu sair de forma voluntária, que se tornou o palhaço pimentão na Igreja Bola de Neve. Diz que na semana passada, fizeram um visto na Rua Vitória e acabou vendo o Reginaldo, no qual perguntou o que ele estava fazendo lá. Conta que ele disse que foi rever amigos, porém soube que ele voltou ao uso. O Inspetor afirma que as estratégias a serem pensadas para usar naquele local, tem que ser muito bem pensadas, porque já viu esse negócio de se espalhar, já viu os hotéis sociais, no qual utilizaram uma época, já viu o trabalho que foi desenvolvido pela Prefeitura e afirma ainda que existem ferro-velho que fazem pagamento em troca de pedra na região. Diz que para pensar em estratégias, tem que pensar muito além daquelas que já foram pensadas até hoje e alerta que não é questão de polícia e sim primeiro de saúde, porém antes da saúde, sempre fala que 90% dos que entravam ali, era por conta de desagregação familiar, conflitos interpessoais, conflitos familiares. Comenta sobre alguns casos de pessoas que estão na cracolândia e os diversos motivos, entre eles, um professor, por nome Sérgio, que lecionava numa faculdade famosa do Pacaembú e o mesmo parou na cracolândia, porque um dia chegou em casa mais cedo e pegou sua esposa com outro homem. Fala ainda sobre o grupo chamado “anjos da guarda”, que tem o objetivo de resgatar pessoas da rua para voltar ao seio familiar.

Marcos agradece e diz que ao longo dos últimos tempos, a maioria das operações acabam sendo feitas exclusivamente por forças policiais. Diz ainda que o foco é pensar na Caronte, a ideia é ampliar e discutir outras propostas, inclusive que a segunda pauta é uma proposta que está sendo construída dentro deste conselho, enquanto recomendações do conselho para a cracolândia.

Samara cita que o Inspetor trouxe dados sobre as dezesseis minicracolândias na região central, mas que elas são itinerantes, até porque hoje não existe mais cracolândia concentrada. Diz que ultimamente esteve na cena e hoje o usuário não pode mais sentar e usar o cachimbo, pois um GCM chega retirando. Conta que uma pessoa levantou chorando, porque ficou a tarde toda fazendo um serviço para conseguir comprar um cachimbo e eles retiraram, onde no outro dia não pode fazer uso de sua droga naquele local. Destaca que agora está chovendo e os usuários não podem mais ficar alojados, tem que ficar itinerantes com as vestimentas molhadas. Refere que os usuários estão usando, utilizando crack no maço de bombril solto, comentando que a fumaça do crack é cinco vezes pior que o cigarro da

maconha e o fato de ser itinerante agrava ainda mais a situação do usuário, reforçando cada vez mais uma vulnerabilidade, uma política de morte, uma política genocida.

Samara conta que em 2016 participou de um projeto na cracolândia de embelezamento e recorda que uma usuária que chegou no local, estava nervosa, muito agitada, pediram a ela para guardarem seu cachimbo, que negou inicialmente. De qualquer forma a usuária se arrumou junto ao projeto e quando se olhou no espelho, pediu de volta seu cachimbo e disse que naquele dia não iria usar crack, que só iria cheirar cocaína, pois estava muito bonita para se estragar. Diz que tem coisas que são simples e que não dá para ficar se espelhando nos Estados Unidos, porque no Brasil é outra realidade, são coisas simples que às vezes podem mudar e fazer muito mais sentido. Discursa que muita gente vai para a cracolândia por vários motivos, mas o maior motivo é o estigma que o crack traz, que é o mesmo princípio ativo da cocaína e por ser uma droga muito mais versátil e muito mais potente, ele é muito estigmatizado. Fala que quando alguém começa a fazer uso de crack na sua quebrada, ela pode cheirar um quilo de cocaína por dia, pode ser aquele bêbado que bebe cachaça, bate na mulher, deixa os filhos na rua largado, mas ele não tem problema nenhum, agora se começar com uma pedra, Samara diz que já vão tirá-lo como ladrão, como nóia e aí essa pessoa é excluída da sua comunidade, do convívio familiar, porque quando alguém faz uso de pedra, a primeira coisa que fazem dentro de casa é esconder as coisas para essa pessoa não roubar. O estigma que o crack traz, faz com que o usuário só se sinta bem, só se sinta confortável em fazer uso em cenas de uso, porque o Brasil não tem um lugar específico para o usuário fazer uso da sua substância e por este motivo eles vão para a cracolândia. Complementa que o fato da cracolândia ser itinerante hoje, hoje é possível ver gente usando pedra no cachimbo e agora no bombril, no ponto de ônibus, do lado de outras pessoas e isso faz com que outras pessoas vejam e também se interessem. Diz que às vezes acha que alguns projetos ao invés de estarem ajudando, estão piorando cada vez mais, pois antigamente muitas pessoas passavam distante do fluxo quando viam alguma movimentação, jamais iam lá buscar, mas hoje em dia na esquina da Rua Helvétia, em qualquer lugar consegue comprar, hoje, segundo ela, não tem mais prateiro, mas tem muita gente vendendo solto, não é a mesma qualidade da droga, mas tem muito solto.

Darcy diz que a opinião dele em respeito a situação da cracolândia, entende que existe uma intenção de resolver a situação, é preciso de um trabalho pesado na região e o que ocorreu segundo o seu ponto de vista em relação a violência que ocorreu lá, que se espalhou na cracolândia, provocou uma insegurança muito grande no centro de São Paulo, porque eles se espalharam, eles foram para várias regiões, Bela Vista, Cerqueira César, Pinheiros aumentou

também e trouxe uma insegurança. Comenta que a resposta que foi dada, foi que os usuários começaram a sair no meio das ruas, alucinados e isso trouxe muita insegurança e fez com que a cracolândia se tornasse ainda mais criminalizada. Porque a sociedade que mora no centro começou a exigir uma resposta por conta da ação que foi feita e ações violentas não resolvem a situação, pelo contrário, se resolvesse, Fleury (ex Governador) teria tido êxito quando invadiu o Carandiru e talvez não teria nascido o “Partido” (PCC), porque o partido foi uma criação do Estado por conta de ações desastrosas. Diz que no seu ponto de vista são pessoas extremamente doentes, ainda mais sob o efeito da droga e que não tem quem consiga fazer a pessoa parar de usar álcool e outras drogas. A estrutura da cracolândia é muito maior e ninguém vai resolver essa questão, nem americano, nem russo, chinês e Brasil também não vai resolver a questão da droga, e que vamos continuar enxugando gelo. Refere que é necessário criar um programa humanitário, acreditando que a cidade inteira precisa se mobilizar, se envolver num trabalho de humanização, participação, começar a cuidar dessas pessoas, porque se jogar tudo para cima da segurança pública, só vai gerar mais violência. Sobre uma fala do subprefeito da Sé, diz que ele deu uma entrevista e que nas falas dele tem coisas dispersas, porque no mesmo momento que ele fala da participação intersetorial nas ações da cracolândia, no mesmo discurso ele fala também que vai ofertar um lugar para essas pessoas irem e se não quiserem, vai tirar as barracas deles, ainda que estejam com crianças e vão dormir na calçada. Acredita que é importante esses cuidados do que se fala, ainda mais quando se tenta ser rígido dessa forma, porque isso só vai criar mais problema para a cidade, deixando a cidade mais insegura e afirma que São Paulo tem condições, pois temos Universidades, Organizações da Sociedade Civil onde tem que desenvolver um projeto onde todos possam de alguma maneira participar dessa construção, pois estamos com mais de quarenta mil pessoas em situação de rua e a cidade está entrando em um caos e diz acreditar que vai piorar, que o centro vai morrer porque não tem condições, pois quem mora na cidade de São Paulo não sente mais segurança. Fala que São Paulo hoje não tem mais uma farmácia, um ponto de ônibus, um banco, uma praça, um viaduto que não esteja ocupado hoje, pela falta de habitação. Fala ainda que não está acusando Governo nenhum, mas o problema é muito grande. Segundo **Darcy**, o programa do Prefeito está trazendo o Programa (Vila) Reencontro, as locações sociais, são medidas que precisam ser estruturantes em escalas e é preciso de uma equipe muito qualificada, tem que contratar pessoas, investir, pagar bem, se quiserem resolver, pois se o problema for resolvido em São Paulo, se resolve no Brasil, porque o Brasil se espelha muito em São Paulo, o que São Paulo faz, todos querem imitar. Por isso, há uma grande preocupação, porque quando São Paulo começa atuar só com

Segurança Pública, os Movimentos Sociais e a Sociedade Civil de outros Estados fica muito atenta, porque se aqui está acontecendo, eles se acham no direito (de fazerem também). Diz que de dezembro pra cá, o número de pessoas em situação de rua, aumentou a morte e a maioria das pessoas que foram atacadas, foram atacadas por policiais que estavam em serviço e eles não têm o direito de tirar a vida de uma pessoa, porque ela está em situação de rua e ninguém se importa com isso. Ele acredita que realmente para resolver isso, tem que dar educação, qualidade de vida, entre outros.

Maronna agradece a presença do Dr. Raposo e acha muito importante essa oportunidade de diálogo com o responsável pela polícia na região central da cidade. Diz que estamos desde o início da gestão Bruno Covas a chamada cracolândia vêm sendo tratada como uma espécie de *commodity* eleitoral, de mercadoria política, aliás, segundo **Maronna**, não é a primeira vez que um Prefeito promete acabar com a cracolândia nos últimos trinta anos, pois ouviram de diversos Prefeitos essa promessa e em todos os casos essa promessa nunca foi cumprida, até porque, a cracolândia não é um lugar, cracolândia são pessoas! Traz a referência de Carl Hart, um dos maiores cientistas do mundo na área de dependência química e o uso do crack, que chamar aquele lugar de cracolândia é uma forma de desumanizar aquelas pessoas, é como se o problema fosse o crack, o foco é o crack e todos os esforços se concentram na repressão penal contra pessoas que estão em situação de exclusão social e que o uso de drogas é muito mais consequência da exclusão do que causa. Diz que enquanto não compreendermos a essência do problema, não vamos direcionar, encaminhar uma solução adequada. Mas o fato é que a operação Caronte até agora, de acordo com **Maronna**, hoje estão chegando informações de que houve uma mudança, um giro de Secretários na política, mas até então, o que nos era informado, inclusive com muita dificuldade de diálogo com o COMUDA, o plano (dos Governos Municipal e Estadual divulgado em 24/01/2023) vêm sendo implementado a margem do controle social, à margem do diálogo com a sociedade civil, a margem do próprio Conselho da política nacional sobre drogas. Porém, refere que até então, o plano se resumia à repressão penal, tendo inclusive informações de pessoas sendo presas ilegalmente pelo simples porte de cachimbos, sem drogas. Diz que essa política de dispersão fez com que as pessoas fossem compulsoriamente obrigadas a se retirar de um lugar e ficar andando, perambulando pela cidade, uma grave violação do direito de ir e vir. Diz ainda que insistir nessa política, na repressão penal, é insistir em algo que já fracassou e vem fracassando nos últimos trinta anos. Comenta que é preciso compreender o que acontece na região da Luz de uma outra forma. Refere que Einstein dizia que quando você quer resultado diferente, é preciso fazer algo diferente, fazer a mesma coisa significa ter os mesmos

resultados e ao seu ver, mudar a abordagem da crackolândia, significa deixar de lado a repressão penal, significa compreender que aquelas pessoas são seres humanos, com necessidades como quaisquer um de nós, necessidade de se alimentar, descansar, de ter renda, trabalho. Discorre que o uso de drogas faz parte do contexto, mas ao seu ver, o centro da política deve ser a inclusão para combater a exclusão, a fim de dar dignidade para essas pessoas. Fala que infelizmente tem se ouvido declarações do Prefeito, no sentido de que ele quer internar a força aquelas pessoas. Diz que segundo as pesquisas sobre internação, essa intervenção é absolutamente ineficiente enquanto política pública, onde 97% dos usuários que são internados contra a vontade, voltam a usar drogas, pois não há solução mágica em situações como essa. Acredita que como Conselho Municipal de políticas sobre Drogas e Alcool, é preciso avaliar que essa política até então, que era vendida como uma política exitosa, uma política que vinha produzindo bons resultados, mas que estão vendo na prática que os resultados não são bons, essa dispersão não melhorou a questão da saúde pública e piorou a questão da segurança pública, aumentando furtos de roubos na região, a sensação de segurança está pior, complementa **Maronna**. Pensa, que tudo isso ao seu ver, deveria nos impulsionar a mudar, a buscar outros caminhos, outras alternativas, outras abordagens. Acredita que esse outro caminho, outra abordagem, deve ter a saúde no centro e não a segurança pública, a segurança pública, ela tem um papel secundário de acordo com Maronna, que é o combate de tráfico de drogas, pois o tráfico não existe somente na região central, na cidade de São Paulo e sim no mundo inteiro. Expõe que as convenções internacionais (1961) do qual o Brasil é signatário prometem livrar os indivíduos do uso de drogas e nunca conseguiram concretizar essa ideia. Esclarece que é preciso redimensionar as ambições das políticas públicas a partir da realidade, o tráfico de drogas é um dado da realidade, o uso de drogas é um dado da realidade. Acha que a região da Luz, onde fica a crackolândia, precisa de dignidade, pois infelizmente o Iluminismo ainda não chegou à Luz, é preciso fazer o Iluminismo chegar a Luz, pois o que a Luz precisa é de políticas públicas de inclusão, possibilidades, garantia de emprego, renda, alimento, lugar para dormir, tomar banho e complementa que a miséria nos últimos quatro anos foram terríveis e que existem muitas pessoas em situação de rua na cidade, algo que nos deveria fazer pensar em soluções para incluir essas pessoas. Agradece novamente o Dr. Raposo pela presença e disposição, por estar dialogando, pois é dialogando que conseguimos dentro das diferenças construir consensos dentro das políticas públicas e o principal consenso que deve emergir de uma reunião como essa é de que a abordagem baseada na repressão penal, no proibicionismo, na abstinência, é uma abordagem fadada ao fracasso, pois isso já foi feito no passado e não deu

certo e não se pode usar o fracasso do passado como impulso para repetir com mais intensidade a mesma política. Diz que temos que usar as lições do passado para construir novos caminhos e a construção de novos caminhos, passa por uma política de drogas cujo centro é a saúde, a saúde no sentido amplo, inclusive ações de redução de danos - “a tão demonizada redução de danos” (sic). Finaliza dizendo que o papel é avaliar as políticas passadas e acredita que com a entrada do novo Governo, no âmbito estadual, estão assistindo essa mudança, esse giro na política, mas é preciso alertar para caminhos que já sabemos que levam a maus resultados e como Conselho, esse é o debate que deve ser promovido.

Cecilia diz que é bem importante lembrar que essas pessoas que foram convidadas hoje, que ninguém conversou ainda com o COMUDA a despeito de todas essas reuniões que foram abertas, o Vice Governador, novo Delegado Seccional e outros atores desse sistema político, o COMUDA não foi sequer convidado para fazer parte, para conhecer este novo projeto a respeito da cracolândia. Diz ainda, que todos presentes na reunião, estão como convidados para serem interlocutores dessa política, porque esse programa não foi conhecido pelo COMUDA. Reforça que como encaminhamento, de uma maneira bastante objetiva, o ideal é que os conselheiros, o pleno do conselho, conheça essa política, porque é disso que estão falando, esse é um espaço de construção coletiva, de participação social para construção de novas políticas. Fala que hoje escutou a todos, de uma perspectiva bastante pessoal, da visão de todos, mas de fato, esse não é objetivo, que estão todos ali para construir políticas. Comenta que quem não conhece o programa e que não foi de todo inútil, buscar nas instâncias que os comanda, pois de alguma forma ainda tem uma cadeia de comando da Superintendência acima do Delegado Seccional, para que venha ao COMUDA para construir juntos, pois assim como viram as propostas da Isabel, a SMAD está criando um programa e nada mais óbvio do que ouvir o Conselho Municipal de Políticas de Drogas para construir políticas públicas mais eficientes a partir da escuta dos especialistas. Comenta que a expectativa da Coordenação para essa reunião era ouvir o que vai ser dessa nova operação, o que é a proposta da segurança pública para essa situação, porque tem visto a partir da atuação das polícia uma série brutal de violações de direitos humanos. Discorre que a ideia é escutar esse programa e compreender que medida esses programas estão sendo construídos de modo a respeitar direitos humanos básicos. Considera que embora tenham ouvido histórias a respeito de questões bem sucedidas, a realidade não é essa e se sente na liberdade de contar um caso, a qual participou da ocorrência, dezenove pessoas algemadas em oito algemas, carregadas pela cracolândia até chegarem à delegacia, chegaram lá e tinha cinco cachimbos, quatro pedras de crack, dois pinos de cocaína, ou seja, aquela droga nem dava para aquelas

peessoas, além da revista vexatória. Reforça que a realidade, de uma maneira geral, a atuação da polícia até hoje tem sido no sentido de violar reiteradamente, direitos humanos básicos dos usuários de substâncias e em último caso, dessas pessoas como usuárias do sistema de saúde e que medida isso está no programa de política de drogas da Segurança Pública do Município. Questiona, em que medida a Guarda Civil Metropolitana está articulada com essa ação? Em que medida a Delegacia Seccional colabora ou sabe dessas práticas? E o que vai fazer no mínimo para diminuir a violência? Diz que será falado nesta reunião sobre o Espaço de Uso Supervisionado, que a todos causa um tremendo espanto, á revelia da imoralidade, porém não é isso, a proposta é construir em algum lugar dessa cidade, um espaço onde as pessoas não sejam violentadas numa ação que não constitui crime. Fala que gostaria até de entender, em que momento isso é discutido na Diretoria, na questão de segurança pública, onde é que se encontra o artigo 28 da Lei de drogas para a Delegacia Seccional do centro de São Paulo a qual nunca viu sendo minimamente respeitado, que temos uma situação do artigo de drogas que não prevê pena privativa de liberdade, antes até de falar da dignidade da construção desses corpos, porque realmente é triste. Conclui que, como encaminhamento, sugere que façam um reforço nesse convite, a fim de tentarem minimamente serem escutados pela segurança pública, ou pela saúde, ou pelo Vice Governador que está responsável pelas ações da cracolândia, a partir dessa proposta de participação social, porque se não, o que estão fazendo ali, vinte e sete especialistas dedicados a construir políticas públicas que não estão sendo ouvidos?, questiona. Finaliza dizendo que a proposta é encaminhar novamente os convites, porque os representantes presentes (Dr. Raposo e Inspetor Guilherme) não puderam passar essa informação pois não estiveram na reunião e acha injusto cobrar deles para virem falar sobre um assunto que não conhecem. E acha que a proposta é justamente essa, se tem algum encaminhamento nesse sentido, para reforçar o pedido e tentar novamente ouvir de quem tem falado, o que será feito para a cracolândia nesse governo atual.

Dr. Raposo diz concordar plenamente com as falas e que hoje em dia tem que modernizar todas as políticas, em todas as situações e que a cracolândia não é caso de polícia, não é um caso só de saúde. E comenta que pode adiantar a noção básica do projeto vai muito de encontro com o que foi falado, não é caso de polícia e não é caso só de saúde, é caso de direitos humanos. Comenta que são vários atores que o Governo e a Prefeitura conhecem de fato e, em linhas gerais, cada ator, cada setor da sociedade, vai dizer o que pode fazer e qual sua ideia para resolução do problema. Segundo ele, não vai jogar na mão de polícia, os desvios da polícia existem, em todas as ações, em todo mundo e reforça novamente que é caso de direitos humanos. Comenta que é triste ver o pessoal na rua, que quando chega para

trabalhar e passa na Rua Vitória e não consegue passar por lá e como é triste ver aquilo e não saber resolver. Porém diz que vários atores, várias pessoas, tem conhecimento e podem ajudar a resolver isso. Reitera que caso da polícia é fazer com que a droga não chegue e impeçam recepção de celular, é investigar, fazer e prender. Finaliza dizendo que é um problema muito grave e que a fala do Inspetor Guilherme o sensibilizou bastante e reforça que está na reunião voluntariamente, pois o Dr. Jair não poderia estar.

Inspetor Guilherme reitera que não é caso de polícia e comenta sobre a sala de uso seguro, que para convencer o brasileiro ainda tem muito a caminhar.

Marcos diz para fecharem o encaminhamento para continuarem seguindo as tratativas com as instâncias de segurança e outras esferas de políticas públicas, a fim de tentarem exercer o papel que é a contribuição para a construção de políticas públicas. Pergunta se há alguma objeção por parte dos conselheiros e conselheiras. Agradece a todos e informa que será apresentado o resultado de um trabalho que surgiu a partir da dispersão que teve na Cracolândia. Informa ainda que a dispersão teve início no dia 11 de maio e em julho foi constituído, na reunião ordinária do COMUDA, um grupo de trabalho para pensar o que o COMUDA têm a oferecer a partir da crise instalada no território central e todos os seus desdobramentos. Comenta que foi uma discussão levantada no plenário, que os fizeram pensar num “Espaço de Uso Supervisionado”, inicialmente nomeado desta maneira, e que foi estabelecido um Grupo de Trabalho para estudar uma proposta com essa dimensão, realizada em outros países a partir de outras perspectivas e bases.

3.2 - GT Espaço de Uso Supervisionado – Eixo Técnico;

Marcos diz que o trabalho desenvolvido por este Grupo de Trabalho é basicamente dividido em dois grandes eixos, sendo um eixo jurídico - cuja tarefa foi apresentar uma argumentação jurídica que dê respaldo para o poder público municipal desenvolver esta proposta, que contemple um trabalho, um serviço, uma política pública que possa compreender essa tolerância em relação ao uso, como um Espaço de Uso Supervisionado. Refere ainda que o eixo jurídico produziu a peça jurídica através de Cristiano Maronna e Cecilia Galicio, alguns dos juristas do COMUDA. Refere que o GT também têm o Eixo Técnico, com a proposta técnica além da argumentação jurídica. Diz que havia a possibilidade do trabalho ser produzido em conjunto com representantes do CONED - Conselho Estadual de Políticas de Drogas - e que é importante dizer que o CONED está paralisado desde o final do ano passado, porque ainda não foi feito as novas nomeações no Diário Oficial, dos conselheiros

do respectivo Conselho. Por este motivo o COMUDA seguiu sozinho na elaboração deste documento. Diz que o trabalho que será apresentado pelo eixo técnico foi produzido por Maria Angélica, Silvia Cazenave, Carolina Salado e por ele, basicamente, pois foram as pessoas que trabalharam desde o início nas questões concernentes ao eixo técnico. Anuncia que hoje será apresentado o Eixo Técnico, o que é do ponto de vista técnico, da dimensão do cuidado, a articulação com outras políticas públicas para implantação de uma proposta nova, diferente para a Cracolândia. Fala que a apresentação está muito grande, com muitos slides e que certamente terão que pular algumas coisas, alguns slides com fotos. Diz que tiveram de sete a oito reuniões do Eixo Técnico, tiraram um período no ano passado, de outubro a dezembro, ficou bem paralisado, porém agora retomaram com certa força. Comenta que na próxima reunião ordinária, voltarão ao Plenário com o produto final, será enviado ainda, para os conselheiros e conselheiras, para apreciação prévia para análise e comenta ainda, que a partir disso, o GT decidirá qual será o destino e publicização do mesmo. Quais as pastas que serão encaminhadas, o que vão conversar, os órgãos da Sociedade Civil, Defensoria Pública, Ministério Público, grande mídia, etc.

Samara se coloca à disposição para pensar em um Projeto de Lei para a proposta de Espaço de Uso e refere que vai deixar o e-mail institucional, colocando o Gabinete aberto para as tratativas acerca da proposta.

M^a Angélica diz que esse é um GT incrível e isso contribuiu muito para as construções. Diz ainda que trouxe algumas fotos que Silvia cedeu, de como era a cena de uso da Cracolândia antes de 2011, completamente diferente do que se vê na realidade atual, inclusive diz que era outra substância que era bastante utilizada e hoje em dia passou por uma regulamentação e não tem mais a substância que causa os efeitos psicoativos da cola (de sapateiro), dessa forma, as pessoas não usam mais cola só por conta disso, por conta de sua regulamentação. Apresenta a foto tirada em 2011 pelo jornal Estadão e aí vai passando por outros momentos do fluxo em 2013, 2015, o carnaval realizado pelo Blocolândia em 2016 e o quanto era possível transitar pelo território e refere falar isso porque transitava pela cena de uso todos os dias, inclusive. Apresentando os slides para os presentes, comenta também sobre o ano de 2017 e que a cena foi sendo modificada a partir também das políticas implementadas. Apresenta o perfil sociodemográfico dos usuários da Cracolândia, elaborado pelo Projeto Educa publicado em 2019, e que novo levantamento datado de 2022 já está publicado, no qual pegou alguns dados para falar do perfil sociodemográfico das pessoas que frequentam a região da Cracolândia. Diz que a maioria são homens, pessoas trans, mulheres, mas a maioria são homens com uma média de idade que varia de trinta e três a trinta e cinco anos, tem

peessoas com escolaridade relativamente baixa, muitas com apenas o ensino médio e sobretudo ensino fundamental incompleto. Segue dizendo que a maioria das pessoas são solteiras e um dado muitíssimo importante que a política de droga tem que se debruçar é em relação a cor da pele, porque consegue perceber o quanto que as políticas de drogas acabam tendo uma ênfase muito maior para pessoas que são pretas e pardas e inclusive isso se reflete em vários espaços de participação. Fala que se olharem no perfil sociodemográfico a quantidade de pessoas pretas e pardas é muito maior que pessoas brancas. Pergunta, porque na cracolândia tem a maior parte de pessoas pretas e pardas? Diz que isso se reflete nas prisões também, essa fotografia dos dados sociodemográficos das pessoas que estão na cracolândia, acabam também sendo um retrato das pessoas que são encarceradas e das pessoas que são egressas do sistema prisional que frequentam a cracolândia. Diz ainda que este é um dado muito importante para se lembrar pois estamos num país extremamente racista e um país que encarcera as pessoas que usam drogas, muitas vezes sendo denominadas como traficantes. Em relação ao tempo que a pessoa frequenta a cracolândia, **Angélica** fala que a última versão desse estudo de referências para o eixo técnico é de 2022, e refere que trezentos ou quatrocentos pessoas que vivem há mais de dez anos na região do fluxo e no, estudo de 2023, realizado pela pesquisadora Clarice Madruga, essas pessoas foram chamadas de Núcleo Fixo, que são pessoas que independente da abordagem que foi ofertada ou não para elas, independente da violência que elas sofram, elas continuam ali. Comenta que o interessante é que muitas vezes o Poder Público pensa alguma dessas violações dos dados de pesquisa para gerar política pública, o que é interessante, mas se parar para pensar o que apresentou estudo de 2022, porém já estava demonstrando no estudo de 2019, tem pessoas que estão na cracolândia cinco anos ou mais, quais seriam as políticas públicas que seriam importantes para essas pessoas que já estão há longo tempo em situação de rua? Refere que hoje existe na Secretaria da Assistência Social, um projeto chamado Vila Reencontro, que é baseado na perspectiva da Moradia Primeiro (*Housing First*), que teoricamente deveria ser um projeto que tivesse como beneficiários as pessoas que estão a mais tempo em situação de rua, porque são pessoas que estão acometidas de vários outros agravos em relação a esse tempo na rua, mas como é um projeto piloto (Vila Reencontro da SMADS), está abrigando quem tem menos tempo em situação de rua. Discorre que pensando nesse tempo, que boa parte das pessoas estão no território, quais são as políticas para estas pessoas? Diz que tem hoje uma chamada cracolândia que é um objeto de preocupação porque a região se tornou muito mais abrangente, que apenas as ruas listadas anteriormente, hoje o território chamado cracolândia se estendeu e culminou em vários deslocamentos, em várias cenas de uso. Expõe

que da expectativa do cuidado, esse deslocamento foi muito ruim, porque deixou muitas pessoas desamparadas; comerciantes, moradores, as próprias pessoas que estão em situação de rua e atrapalhou também o trabalho da assistência social, das equipes de consultório na Rua, das Organizações que atuam no território para cuidar das pessoas. Diz que essa dispersão favoreceu muito mais as abordagens policiais, porque as pessoas dispersadas ficavam menos em blocos, mas não houve nenhum avanço da saúde relacionado ao cuidado. Comenta que a dispersão teve maior tensionamento no território, como comerciantes que têm andado com taco de beisebol para bater nas pessoas, abordagens policiais o tempo todo, via-se polícia civil tirando cachimbo de usuário, a Guarda Civil Metropolitana atirando com armas de bala de borracha, bombas, aumentando esse tensionamento e essa itinerância, porque hoje as pessoas não podem mais se concentrar, tem que ficar andando pelo território, nos convida a imaginar que isso acontece a noite inteira e finaliza dizendo que temos uma inspetoria da IOPE (Inspetoria de Operações Policiais Especiais da GCM), que normalmente atua no período da noite no território, as pessoas estão ali sob efeito de substâncias estimulantes, privados de comida, de água e isso vai deteriorando ainda mais a situação que ela se encontra e quando chega de manhã, se tem algo depredado, as pessoas não estão muito loucas, elas estão exauridas, moralmente destruídas, então essa dispersão gerou um tensionamento generalizado e a primeira coisa a ser feita é diminuir esse tensionamento.

Carolina diz que foi pensando a apresentação a partir da contextualização do que é a cracolândia, fazendo esse histórico e aí, então, a partir da dispersão da Operação Caronte, como é que a cidade recebeu a operação e a cracolândia que foi se integrando dentro da dinâmica do território do centro, da região central. Convida a pensar então, considerando que todas as pessoas têm interesse, desde os profissionais, Governo, Sociedade Civil, a ideia do que a gente pode então, o que a gente tem minimamente e talvez não solucionar a problemática, mas poder começar a construir um caminho de solução para que essas pessoas possam ter acesso ao cuidado e que a gente possa de alguma forma transformar a situação atual e como essas pessoas se encontram. Reforça que a primeira coisa que a gente tem hoje como oferta, dentro do território do centro para esse público alvo. Fala que hoje a gente tem um trabalho de parceria entre a saúde e assistência social que se configura a partir dos SIATs, a partir das propostas do Programa Redenção. **Carolina** vai apresentando os serviços existentes nas políticas de atenção para os usuários de álcool e outras drogas da região do centro. Diz que hoje existe o SIAT Emergencial, que é um atendimento por demanda e demais informações encontram-se no site da Prefeitura - pontua que os dados referente a todos serviços foram extraídos do site da Prefeitura. Informa que o SIAT fica localizado na

Rua Helvétia, e este serviço é de vinte e quatro horas. Existe também o SIAT I que é um serviço de abordagem de rua, que procura abordar e estabelecer vínculos e levando ofertas de cuidado. Diz que tem as equipes do Redenção nas Ruas, Consultório na Rua e SEAS que atuam em abordagens diretamente no território ou equipes do Redenção em conjunto com o SEAS, ou ainda equipes do SEAS em conjunto com as equipes de Consultório na Rua. Estas equipes destes programas estão concentrados nos bairros da Luz, Campos Elíseos, Santa Cecília, Glicério, Praça da Sé e Liberdade. Diz ainda sobre o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica - SIAT II que oferece acolhimento temporário, são 200 vagas no SIAT II Arménia e 200 vagas SIAT II Glicério, enfatiza que esses são serviços do Programa Redenção. Informa que tem os serviços propostos pela Rede de Atenção Psicossocial, que são os Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, sendo um total de cinco CAPS AD, que é o AD III Arménia, AD III Complexo Prates, AD III Boracea, AD III Centro e o AD IV Redenção. Segundo **Carolina**, consta no site da Prefeitura três Unidades de Acolhimento (UAs), que infelizmente não foi possível encontrar maiores informações e endereços sobre as mesmas. que são serviços próprios da SMS, no caso dos CAPS e Unidades de Acolhimento, assim como também não foi encontrado o serviço que vem sendo discutido nas ultimas reuniões que são os chamados SCPs - Serviços de Cuidados Prolongados, mas que em outro momento a discussão será retomada no plenário do Conselho, inclusive considerando investimento *versus* efetividade neste serviço. Sobre o GT, comenta que a questão que foi colocada no eixo técnico, para além dos serviços e das políticas existentes, **o que mais precisamos?** Porque diz que no GT temos algumas ofertas, algumas possibilidades de acompanhamento, o que a gente pode pensar de soluções e possibilidades para essas pessoas que estão na cracolândia, entre as pessoas que transitam lá e foi pensando e refletindo no que de fato essas pessoas precisam além do que já existe. Diz que foram entendendo que a partir de outras experiências, eles precisam de espaços de convivência, garantia de direitos, cuidados, acesso aos direitos básicos. Traz o exemplo trazido por Samara, o quanto que o que eles fazem tem impacto na vida das pessoas, são pequenos cuidados que vão desde as questões mais básicas que mudam completamente a condição psíquica, emocional das pessoas. Fala sobre a arte, cultura, segurança, trabalho e cidadania e acredita que isso é uma questão que todos os seres humanos precisam, mas entende que para essas pessoas que vivem na cracolândia, elas precisam de coisas que são muito básicas. Comenta sobre a contextualização do **Marcos**, que foi pensando no GT, como que vai integrando também com as políticas já existentes, serviços que tenham uma tolerância maior, pensando nas experiências internacionais das salas de consumo de drogas, espaços de uso

supervisionado, zonas de tolerância e aceitação e foi pensado no quê queremos mesmo, de fato, que algo possa ser proposto e de fato efetivado, mas como uma proposta possível e ainda como podemos contemplar as experiências internacionais, pensando na nossa realidade brasileira e particularmente da nossa cidade. Fala que lembrou um dispositivo super importante que já tem na cidade de São Paulo, que são os Centros de Convivência e Cooperativa - CECCOs, onde existe também experiências com esses centros, sendo um serviço de grande importância na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), voltado para pessoas com transtornos mentais, porém diz que hoje vai entendendo que a proposta dos Centros de Convivência (CECCOs), é uma proposta que abrange diversos públicos. Fala que hoje infelizmente não temos um Centro de Convivência especificamente voltado para pessoas que fazem uso abusivo de álcool e uso de substância psicoativas, mas que por conta justamente disso, foi trazida a experiência dos CECCOs para ser apresentada aos Conselheiros, para o Plenário e convidados conhecerem. Comenta que é essa proposta do Centro de Convivência. Comenta ainda que hoje, na cidade de São Paulo esse serviço, os CECCOs que compõem a Rede de Atenção Psicossocial, é regulamentado pela Portaria Municipal 964/2018 e é interessante porque já temos o Centro de Convivência há muitos anos na cidade de São Paulo, desde 2001 a regulamentação só ocorreu em 2018. O nome do Centro de Convivência em São Paulo é conhecido como CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa, que são serviços que compõem a RAPS em consonância com a Política Nacional de Promoção à Saúde, tendo interface com a cultura, esporte, meio ambiente, educação e trabalho com características de inovação social. Diz que visam através da tecnologia da convivência, provocarem encontros da e na diversidade. Diz ainda que são voltados a todas as pessoas, sobretudo, as em situação de vulnerabilidade social e de saúde, constituídos por uma equipe multiprofissional na perspectiva da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Informa que de acordo o Artigo 2º da Portaria e entende o quanto esse serviço vai trazer uma proposta que pode abranger o que hoje se tem como demanda na perspectiva dessa população que o COMUDA tem pensado que tem a ver com a cracolândia. Comenta que as ações desenvolvidas pelos CECCOs são abordagem e acolhimento individual ou em grupo, oficinas com diferentes linguagens e destaca essas ações, pois as mesmas contemplam o que o eixo técnico do GT entende de que são ações como essas que podem ser realizadas naquilo que se projeta enquanto espaço de uso supervisionado ou um Centro de Convivência especificamente para pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas e estão em situação de vulnerabilidade com relação ao uso de substâncias psicoativas. Afirma que o centro nunca pode ser a droga, as pessoas precisam de outras coisas, como trabalho, cultura e entende que

o CECCO já tem essa perspectiva, entendendo que é preciso adaptar, porque dentro dessa perspectiva de convivência, ele já inclui tudo que o COMUDA entende como demanda e todas as problemáticas que ele tem hoje em relação essa população. Enfatiza que em São Paulo, os Centros de Convivência já estão regulamentados como foi falado anteriormente, mas é um equipamento que recebe muito pouco recurso, mesmo os que já tem, infelizmente eles já estão bastante sucateados, com equipes muito pequenas, funcionários se aposentando, o que impacta nos Centros de Convivência. Reforça que a gente, enquanto trabalhadores da área da saúde mental, enquanto militantes, sempre esteve na expectativa que os Centros de Convivência seriam melhor investidos a partir da regulamentação, mas não é muito o que se vê na realidade. Discorre que foi pensando nessa perspectiva, na discussão desse dispositivo, que se vai caminhando para a especificidade das experiências tanto nacionais quanto internacionais.

Marcos complementa que o CECCO é um Serviço da Rede de Atenção Psicossocial, mas não existe ainda essa especificidade do CECCO AD, por exemplo, o CECCO é aberto, inserido na comunidade, mas consolidado historicamente como recurso, serviço da saúde mental. Em referência ao nosso país, diz que o Brasil possui algumas experiências específicas que são oriundas geralmente de Organizações da Sociedade Civil em relação à Centros de Convivência para usuários de álcool e outras drogas. Comenta que tem o É de Lei em São Paulo, a Escola Livre de Redução de Danos de Recife e o Programa Corra para o Abraço em Salvador que tem uma ligação importante com o Governo do Estado de lá, através da Secretaria de Justiça, inclusive sendo uma referência importante no Estado. Fala que todos tem por característica, uma relação de baixa exigência para com o usuário, que se configuram em relações de maior tolerância, maior aceitação acerca do uso de substância, uma relação mais tranquila, não tão proibicionista. Comenta que fizeram todo um trabalho de pesquisa referências e literatura internacional, de buscar e entender o que existe lá fora e foi implementado em relação aos Espaços de Uso Supervisionado de substâncias psicoativas. Continua dizendo que obviamente que já tem a tradição já consolidada na Europa e em outros países das Salas de Consumo de Drogas, que foi a grande referência para o eixo técnico dado ser a tecnologia com maior produção científica, acadêmica sobre as mesmas, mas que também foram encontradas experiências realizadas nos Países Baixos, chamadas de Zona de Tolerância que são caracterizadas por oferecerem acomodações supervisionadas como se fosse um espaço de hospitalidade. Diz também que enquanto profissional da saúde, a experiência que teve em Unidades de Acolhimento, o quanto faz falta espaços protegidos de consumo de certas substâncias e traz as experiências que teve enquanto profissional de

serviços de atenção a usuários de álcool e outras drogas no âmbito da RAPS. Enfatiza o quanto falta do ponto de vista técnico tecnologias que atuem nesta perspectiva; diz que muitas vezes é preferível o profissional supervisionar o uso de alguma substância por parte de um usuário, do ponto de vista da saúde, do cuidado e da Redução de Danos do que vulnerabilizá-la ainda mais. **Marcos** complementa que na própria história da Redução de Danos, como demonstrado na Holanda, foram iniciativas que muitas vezes partiram dos usuários e/ou da sociedade civil.

M^a Angélica diz que nos anos 90 a Redução de Danos acabou sendo uma resposta à epidemia de HIV/AIDS, as pessoas usavam drogas injetáveis na Europa e aqui no Brasil também. Comenta que a partir de 1989, na cidade de Santos, a Prefeitura passou a oferecer troca de seringas para quem usava cocaína injetável e em seu imaginário existia somente salas de uso seguro para drogas injetáveis, mas foi criada no mundo para evitar a morte por overdose, mas também existem Salas de Consumo de Drogas para usuários de cocaína e crack. Diz que esses espaços protegidos tem muita relação com esse consumo higiênico, pois previamente as pessoas adquirem a substância e a partir disso vão para esse local que é um ambiente livre de julgamentos e aí estão sob a supervisão de pessoas qualificadas, redutores de danos, enfermeiros, alguém que tem experiência nessa temática e uma pessoa testando as substâncias levadas para seu próprio consumo. Explica que a principal finalidade dessas salas ou espaços de uso, e refere que os membros do GT estão pensando qual é a melhor nomenclatura para a estratégia apresentada, mas a ideia é abordar os problemas dos consumidores de drogas específicos, não é qualquer um que vai lá na sala de uso para fazer uso da droga, é justamente as pessoas que tem alguma problemática, pela situação de alto risco, principalmente as pessoas que consomem em locais públicos. Fala que o aspecto clínico relacionado à saúde é exclusivamente voltado para redução de danos (em contraponto à lógica da abstinência), porque ela serve como um local em que a pessoa vai fazer esse consumo de maneira isolada e vai ficar longe dessa prática de comportamentos de risco ou mesmo no próprio tráfico ou da prostituição e as salas de uso seguro são diferentes de programas que trabalham com a prescrição de drogas para dependentes, porque em alguns países, existem salas de consumo que prescrevem cocaína, heroína para algumas pessoas que são dependentes, que não será o caso do Brasil. Mas reforça que a ideia é que as pessoas já tenham a substância adquirida e aí ela começa a frequentar esses espaços de uso e enfatiza que não é só aquele cantinho para fazer o uso, mas é um centro de convivência que tenha inúmeras outras atividades e que o uso seja só mais uma, porque segundo a Angélica, temos há três décadas, a primeira sala de uso frequentada no mundo, em 1986, na Suíça e existem

só duas que são fora da Europa. Comenta que existem 98 salas de uso no mundo em 60 cidades diferentes, como Alemanha, que é o país que tem mais salas de uso, a Austrália, Canadá, Dinamarca, Espanha, França, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos e Suíça. Também existem no México e nos Estados Unidos, em Nova Iorque que inaugurou em 2021 e na França que ainda está em processo de regulamentação. Diz que ainda falando sobre seus objetivos, porque são muitos e é óbvio que ele está falando de uma produção muito complexa, é aprimorar a saúde de grupos específicos, justamente as pessoas mais afetadas pela política de drogas e principalmente as cenas de drogas injetáveis da Europa, mas também para reduzir a perturbação de ordem pública, porque nos Países Baixos, por exemplo, as salas de uso foram constituídas justamente onde a principal razão era reduzir a perturbação da ordem pública, ou seja, tirar as pessoas que estão fazendo uso nas ruas, para elas irem usar num local mais seguro. Diz ainda que na Suíça, por exemplo, a sala de uso foi muito utilizada justamente para diminuir a epidemia de HIV/AIDS e também as cenas de uso, porque as drogas injetáveis são muito mais fácil da pessoa compartilhar uma seringa sem infectar. Fala ainda que tem um dado aqui no Brasil que é muito importante, a partir da década de 90, quando começa a ter a prática de troca de seringas, conseguiram estancar a epidemia de HIV, porém as pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas, elas são ainda uma população chave, ainda são pessoas que têm uma prevalência de cinco vezes mais chance de se infectar por HIV e hepatites do que a população geral. Então, segundo Angélica, isso significa que não era só droga injetável que era um problema, porque as pessoas mudaram a forma de administrar, hoje em dia as pessoas fumam crack ao invés de injetar cocaína, mas continuam se infectando com HIV. Então os espaços de uso são importantes justamente também para que possa conter essas epidemias de HIV, AIDS, Hepatites, Sífilis etc. Discorre sobre alguns objetivos que são norteadores da sala de uso, que é oferecer um ambiente seguro e para isso é importante que ela ganhe aceitação de atores chave, de estabelecer essas condições higiênicas, de aprimorar a saúde dos grupos alvo, porque se você tem um espaço de baixa exigência, em que as pessoas podem ir e não vão ser julgadas, a chance delas se vincular nesse lugar é muito maior e a partir dessa vinculação você consegue construir com ela um projeto terapêutico muito mais interessante do que só você construir ali um projeto terapêutico na pranchetinha para virar mais uma meta de serviço. Explica que a partir desse aprimorar a saúde, também vai ter a redução da perturbação de ordem pública e a segurança também e quando fala desse aprimoramento da saúde, tem a ver com redução dos comportamentos de risco, redução de morte, morbidades, aprimorar o acesso a saúde e do tratamento em relação à perturbação da ordem pública tem a

ver com redução de drogas em locais públicos. Fala sobre o plano de metas do Prefeito e um dos planos de meta é diminuir o número de pessoas usando drogas nos logradouros públicos e por tudo isso também está acontecendo essa comoção toda para cobrar do Estado, para tirar as pessoas das ruas, para atingir a meta do governo. Questiona então o porque que a gente precisa atingir metas de governo, só com a violência, colocando as pessoas de maneira involuntária em espaços? Sendo que podemos criar espaços que a gente consiga fazer com que as pessoas reduzam o consumo de drogas em locais públicos, que tenham uma forma de melhorar a percepção da região e, inclusive, tentar impactar os crimes locais relacionados às drogas. Continua dizendo que temos diferentes serviços que podem ser oferecidos nesses espaços, vai ter sala de uso que oferece pão, café, refeição quente, troca de seringas, acessórios do uso de drogas, porque as pessoas costumam falar que o É de Lei, inclusive, numa entrevista o Vice-Governador falou que o É de Lei era uma ONG que distribuía cachimbo. Comenta que infelizmente o É de Lei não distribui cachimbo e sim piteiras para que as pessoas não compartilhem os cachimbos, então esses acessórios que se chamam insumos de redução de danos, eles devem ser presentes nesses serviços de espaço de uso. Comenta ainda que é fundamental o banho e a lavanderia, hoje tem um Projeto chamado Lavanderia que acontece na Alameda Cleveland, na região central, que está sendo utilizado, onde tem banho e lavanderia para as pessoas, mas como é difícil chegar até lá porque vai ter que passar por várias barreiras, o serviço está funcionando, mas as pessoas acabam não chegando. Informa que tem algumas outras salas que oferecem endereço postal, pois quem não precisa comprovante de residência, então utiliza-se esse tipo de endereço postal, ligação telefônica e que os conviventes do É de Lei, vão lá para usar computador, pra usar telefone, que inclusive usa o endereço, porque são pessoas que não tem acesso e além desses cuidados básicos relacionados a educação e saúde, consultas, acesso à equipes de enfermagem, encaminhamento para programas de tratamento, trabalho, projetos de inserção social, encaminhamento para trabalho em projetos de reintegração nos locais, atividades recreativas. Diz então que eles têm a possibilidade e em relação a apresentação do slide, tem o percentual do que essas salas de uso oferecem, todas oferecem tudo, pode ter uma que vai oferecer pãozinho ou não vai ter banho, a outra vai ter banho não vai ter a enfermagem, mas é importante pensar dos modos que podem acontecer. Fala que existem modelos diferentes, tem um modelo que pode ser o chamado integrado que é o modelo mais comum, mas que vai combinar essa sala de usos flexionados, em salas separadas para uso dos injetáveis na sala, fumódromo em outra, mas que vai ter outros serviços de baixa exigência, como atendimento médico, exames, cuidados psicossocial, uma rede de atenção integrados numa rede maior de

serviços. Explica que como no Brasil tem o Sistema Único de Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial, nada impede que isso seja próximo da UBS, do CAPS. Explica ainda que todas as salas de uso tem critérios e é construído coletivamente com as pessoas que frequentam e isso que é o mais importante. Diz que tem por exemplo salas de uso que são especificamente por seu espaço de uso né, que a pessoa vai lá, usa e vai embora e tem as salas de uso móveis, que são como se fossem trailers que sai pela cidade e acha que pensando no Brasil, tinha pensado que seria a melhor ideia, mas acredita que não porque como será feito? Enfatiza que tem vários resultados referentes a essas salas de uso, tem muitos estudos já sobre isso e tem a questão de ter resultados positivos no que se refere à promoção de saúde e principalmente dessa população de maior vulnerabilidade e também sobre esses dados, não houve nenhum caso de morte por overdose dentro de nenhuma sala de uso, isso tem importância principalmente porque estamos vendo a epidemia nos Estados Unidos, no Canadá, que as pessoas estão caindo roxas, porque ficam sem respirar, mortas e dentro de sala de uso não teve morte, então desde o início, em 86, não teve nenhuma morte porque está sendo supervisionado! Fala que esteve numa sala de uso do Canadá que o entorno lembrava um pouco a cena de uso do Brasil só que com as pessoas colocando lona no chão, vendendo coisas, porque essas pessoas vão trocar coisas e tal, mas não tinha a presença do tráfico, porque eles compraram a droga em algum lugar que eles não viam e depois iam para a sala de uso. Complementa que é interessante que o ideal seria se pudessem fornecer substâncias, inclusive diz que fazem algumas testagens em contextos de festa, por exemplo, o comprimido de ecstasy. Fala que sobre as salas de uso, a ideia é seja um espaço amplo, que tenham várias outras coisas para além do uso da substância e segundo ela, a ideia é justamente construir com todos os atores da sociedade civil, para que as pessoas que frequentem as cenas de uso, não fiquem sendo vistas como criminosas, até porque hoje o uso de drogas não é prevista a pena de privação de liberdade apesar de saber que um monte de gente vai preso, mas por outro lado, é um espaço para as pessoas que já são usuárias, não é pra iniciar o consumo de ninguém, justamente por isso que precisa ter critério, não é para virar um turismo, mas para as pessoas que já tem algum problema com substâncias, que estão em situação de rua, então tem que começar a pensar e estabelecer os critérios para que também a pessoa faça desse local, um local de promoção de saúde, de poder por exemplo, acessar água potável durante o uso, coisas que na rua às vezes não acontece, então não é levar a pessoa para ir usar droga, mas levar a pessoa num local onde ela pode fazer várias outras coisas, entre essas coisas também usar substância de uma maneira mais cuidada e comenta que a ideia é que as pessoas possa ir espontaneamente.

Maronna diz que do ponto de vista jurídico, o objetivo é proteger a saúde e que a redução de danos é uma medida que tem por objetivo proteger a saúde, uma ampliação dos objetivos das intervenções, aceitando metas sob óticas quando o objetivo ideal não é acessível. Diz ainda que toda a medicina é baseada na redução de danos, mas a maior parte das doenças não tem cura, apenas controle, tratamentos paliativos, como a diabetes, as dislipidemias e a maior parte dos tipos de câncer. Comenta que o crime em relação ao uso de drogas, exigem o que chamamos de dolo, a pessoa deve ter a intenção e vontade de induzir, instigar, facilitar de qualquer modo que outra pessoa use drogas, nesse caso a intenção e a vontade é de proteger a saúde e os danos. Então, de acordo com Maronna, nesse caso não há a possibilidade jurídica desse tipo de intervenção, estratégia apresentada (Espaço de Uso Supervisionado).

Angélica diz que todos os presentes vão ter que fazer uma campanha muito importante para diminuir o estigma em relação ao consumo de substâncias.

Marcos complementa dizendo que é aquilo que aconteceu no Canadá, das zonas de aceitação, que tem que passar também por uma transformação cultural em toda sociedade, na opinião pública.

Angélica dando continuidade nos resultados apresentados, diz que uma relação muito positiva é das pessoas que frequentam esses espaços de uso e a probabilidade de aceitação para outros serviços de maior exigência, porque se você chega e propõe um serviço baseado somente na abstinência para aquele indivíduo, ele ainda não consegue, porque a abstinência é sofrida e aí se a pessoa começa a frequentar os espaços de uso, vão poder construir isso com ela, porque tem várias etapas de motivação relacionadas com o usuário de substância. Dessa forma, Angélica acredita que as salas de uso aumentam essa possibilidade de aceitação. Fala também sobre a redução da perturbação de ordem pública, o descarte adequado de seringas e falando sobre os injetáveis e de materiais como um todo, não tem evidência que as salas de uso aumentam ou diminuem tráfico de drogas ou crime nas redondezas, porque não está baseada nessa esfera da segurança, está muito mais voltada para as questões de saúde, mas tem o potencial transformador em torno, porque se está integrado com uma política de drogas, como a lei municipal que diz que a política de drogas deve ser intersetorial, então tem vários aspectos a serem levados em conta e teoricamente se tem um espaço de uso, vai ser integrado à toda política de drogas, aí não tem como dizer muito sobre esse impacto em relação ao tráfico, porque acaba sendo limitado falar sobre isso, porque normalmente as drogas são obtidas de maneira ilegal, então não dá pra ter esses dados, conclui. Fala que das salas que oferecem serviços para drogas fumáveis, diz que tem avaliações que são limitadas, mas que elas vão reduzir os danos da mesma maneira que as injetáveis. Comenta que tem

uma sala de uso na Espanha, em Barcelona, que tem o espaço para fumar, então tem um sistema de ventilação muito mais arrojado, para evitar que as outras pessoas inale a fumaça também. Informa que os dados apresentados na Pesquisa Nacional do Crack (FIOCRUZ) de 2014, dos usuários que referiram serem usuárias nas capitais brasileiras, apresentam um perfil compatível com o público alvo para os possíveis Espaços de Uso Supervisionado, porque 70% das pessoas que usam crack e compartilham o cachimbo ou outros insumos, isso pode aumentar a infecção por hepatite, principalmente as hepatites virais. Diz que nessa mesma pesquisa foi identificado que muitos usuários relatam usar objetos de metal para uso da droga, cachimbo de metal que pode ajudar a queimar os lábios, trazer uma espessura labial, o bombril que agora as pessoas estão usando para sustentar a pedra ou então lata de cerveja. Dessa forma, acredita que o Brasil tem potencial, pois é um país que tem uma população que vai se beneficiar intensamente dessa possibilidade. Diz que eles têm maior prevalência, oito vezes maior de infecções sexualmente transmissíveis. Fala que uma coisa importante é essa questão dessa instabilidade do usuário, quando a pessoa não tem moradia é muito difícil ficar estável, se não tem ainda moradia para todo mundo, um espaço de uso oferece essa estabilidade por um tempo e também possibilitam um atendimento constante e um acompanhamento mais frequente, longitudinal dessas pessoas que frequentam os espaços de uso. Sobre a pesquisa que a Fiocruz fez no Brasil, diz que em torno de 40% das pessoas que usam crack estão em situação de rua. Apresenta alguns exemplos de alguns espaços e diz que é óbvio que a ideia é que não seja um espaço tão ambulatorial, que seja só um pedaço de um centro de convivência. Fala de uma experiência da Alemanha, referindo parecer um barzinho que as pessoas podem ir. Tem a sala de uso móvel também na Alemanha, sendo este o país com o maior número de salas de uso. Fala que um dado interessante do Canadá é que não havia autorização, não era regulamentado, em nenhum país era regulamentado antes de ser criada a sala de uso e em 2003 foi implementada no Canadá, foi com o governo com um projeto piloto, enfatizando que a ideia do GT é que exista um projeto piloto em São Paulo. Informa que depois, em 2006, essa licença passou a ser renovada, em 2008 teve alguma grande mudança política e o ministro da saúde canadense anunciou que não teriam mais em sala de uso e houve uma comoção tão grande da comunidade que ele mudou de ideia e se tornou depois um espaço de uso permanente de redução de danos. Continua a apresentação mostrando a sala de uso de Vancouver, o ambiente tem espaço para treze pessoas usarem ao mesmo tempo, são três bancadas com sistema de refrigeração e a pessoa fica lá três horas seguidas usando, ela usa e depois ela vai pro espaço de convivência, vai fazer outras coisas, vai tomar um cafezinho se hidratar, vai tomar um banho, fazer outras coisas da

vida e aí se ela quiser voltar ela volta depois, mas tem que ter justamente tudo isso construído dentro dos espaços. Diz então que o intervalo de uma hora, por exemplo, é entre uma dose e outra, porque na Cracolândia é na hora, o tempo todo, porque a pessoa entra nessa compulsão e não tem mais coisas para fazer então se ela está no espaço que tem algumas regrinhas que são de comum acordo, fica mais fácil de conseguir esse cuidado. Mostra fotos de salas de uso na Espanha, que parecem aquelas áreas de fumantes em aeroportos de acordo com Angélica, por serem mais fechadinhas. Mostra a mais nova sala de uso em Nova Iorque que foi inaugurada em 2021, quer se apresenta como um centro de convivência normal e é também um espaço de uso, mas além dessa sala tem várias outras coisas, tem todos os insumos que os usuários precisam e isso é fundamental. Fala também de uma sala inaugurada em Portugal que é novo, tem um cafezinho, então a pessoa vai lá faz o uso e volta para o café. Diz que no Brasil, a nossa legislação permite a execução de projeto piloto e isso pode fornecer subsídios para formulação de novas normas que possam regulamentar esse tipo de serviço e a própria consolidação dessa experiência de modo que ela possa garantir que a política pública, que seja garantida como legislação, que se torna política pública porque ainda vai ser interrompida a cada mudança de gestão pública, porque é o que a gente enfrenta aqui, cada Prefeito é uma coisa, então se você tem uma política de Estado, muda o Governo e é garantida a continuidade. Explica que a ideia de tentar instalar esse processo no Brasil, vai ser de construir uma política pública que seja formulada a partir da demanda tanto das pessoas dos locais, da sociedade civil, do governo. Comenta que a ideia é de que já teria essas entidades de saúde, das pessoas que usam drogas para responder também esses efeitos e essa comoção que existe hoje, entre moradores e usuários da Cracolândia. Questiona como é que serão mapeadas, diz que muitas dessas coisas já estão mapeadas, já tem vários estudos científicos sobre isso, as taxas, os números de pessoas em situação de rua que usam drogas, o uso problemático na população local, se teve morte por overdose ou não, quais são as condições de higiene, levantamento de perfil. Fala que para construir um espaço desse tem que ter critério de admissão, quem que vai poder entrar, quem que não vai, as pessoas que têm mais possibilidade de ter infecções virais, têm condições socioeconômicas piores, elas têm que estar nesses espaços, se vai ter uma idade mínima ou não, se pessoas grávidas ou não, isso tudo terá que ser pensando e comenta que está trazendo o que que vai ter que ser construído, quais são as pessoas que não são elegíveis para fazer uso dentro da sala de uso, e o local (para a implantação deste serviço), e ao seu ver, a região central é tão ampla que tinha que ter pelo menos alguns espaços de convivência que pudessem atender a demanda das pessoas. Diz que é bom pensar nas estratégias para estabelecer a confiança das pessoas,

pensar exatamente qual é o modelo de sala que queremos, o que vai ofertar nessa sala ou não e fazer parcerias com projetos de pesquisa para que possam fazer uma avaliação desse serviço. Finalizando, diz da importância da integração de uma sala de consumo de drogas na rede de políticas públicas que sejam voltadas para redução de danos individuais e sociais e com apoio construído, é sempre na base do consenso com os atores locais, principalmente aqueles da esfera da saúde, das autoridades locais, da política e das pessoas que usam drogas e a partir disso a ideia é que tenha um serviço público específico de reduzir os programas sociais em saúde que sejam vinculados ao uso de substância e que atinge as pessoas mais vulneráveis e que atenda as necessidades que outros serviços falharam em atender.

Marcos diz que só reforçando a última coisa a dizer, que é de uma proposta atrelada a políticas públicas já existentes, então vai vir nessa linha também a proposta final, além da proposta de implantação de um Centro de Convivência AD no Centro.

Ricardo Iasi agradece e parabeniza o trabalho do eixo técnico, acha interessante o trabalho e diz que já disse e que vai repetir que tem dúvidas sobre a viabilidade de uma proposta de consumo de drogas vistas frente ao que diz a legislação federal. Diz que quer falar do encaminhamento que o Marcos mencionou que a ideia é votar e que acha muito importante que essa proposta seja construída por todo o conselho e com a possibilidade dos conselheiros contribuírem nessa construção. Diz ainda que quer entender melhor qual o próximo passo para chegar na próxima reunião e contar algo que seja entregue a eles, pois a participação dos conselheiros é muito importante.

Marcos diz que a ideia é terminar esse documento, mandar para os conselheiros, os conselheiros fazerem os destaques e trazerem para a votação, inclusive os destaques. Comenta que todavia, tem uma construção do Grupo de Trabalho, mas que obviamente será apresentado ao plenário para contribuições dos conselheiros. Refere que não conseguiram concluir porque tinha algumas coisas que convergiam nos dois eixos, não dando tempo hábil de finalizar com o cuidado necessário.

Ricardo Iasi volta a frisar que é importante que os conselheiros tenham tempo de analisar essa proposta se o documento estiver pronto.

Marcos diz que não está pronto e estão pensando no prazo de quinze dias antes da reunião ordinária para mandar isso para os conselheiros apreciar, quando o mesmo estiver finalizado.

Angélica diz que ficou pensando que houve toda uma construção desse GT, que foi compartilhada, então todo mundo, todos os conselheiros foram convidados e convidadas para participar desse GT e os que tiveram esse desejo participaram, já foi apresentada em reunião a justificativa jurídica, agora está sendo apresentada a justificativa técnica e a ideia é

apresentar os documento técnico jurídico para todos os conselheiros para serem realizados destaques, mas independente da escolha de um conselheiro ou não, existe esse GT que produziu o material do que vai ser publicitado, então um conselho organizou o material, tem uma comissão que fez esse grupo, vai precisar de alguma maneira, não sabe como e aí isso precisa ser discutido no conselho, não é uma questão de votar se vai ser política pública ou não, acredita que as divergências acontecem no conselho e existe esse GT, então não é à toa que existe o GT, que tem outras pessoas que tem interesse em participar e que podem também participar.

Guilherme Messas comenta que é só uma sugestão e que sugere que encaminhem para apreciação do conselho, porque se aparecer a palavra votação irão passar a sessão inteira pra ver se é pertinente ou não e que já vota contra.

Alcione diz para tirar o foco de votação, mas coloquem o foco em contribuição. Diz que como conselheiros, não participaram do GT e que nem sempre conseguem participar de todos os GTs, porém querem ver com calma e contribuir.

Marcos diz que sim, que inclusive de direito é importante para o Conselho toda a contribuição. Acredita que convergem então a apreciação e contribuição do pleno em relação ao documento final do GT, será encaminhado com antecedência para os conselheiros. Responde a pergunta de **Anitta** (usuária presente na reunião) dizendo que é importante também ter uma opinião dos usuários, pois política pública sem a construção com a base não funciona. Acha muito importante se ela quiser trazer as tratativas para poder dar suas contribuições quanto usuária, de sinalizar inclusive para o conselho ações importantes. Reforça que as reuniões acontecem toda primeira terça-feira do mês, presencial, das 14:00 as 17:00, no auditório da Secretaria de Direitos Humanos. Abre espaço para alguma dúvida, comentários e contribuições.

Daniel Bira diz estar bastante curioso, do seu lado periférico, pois a cracolândia é mato vivo, não é um lugar, é um espaço histórico social que vai dialogando com todos, outros municípios e outros lugares, é as bordas. Diz ainda que o que povoa a cracolândia são as bordas, quantas bordas não sustentam nas suas periferias e utilizam o espaço da cracolândia como espaço afetivo, inclusive, para poder estar e ocupar. Fala que fica se perguntando o quanto as bordas elas também são parte desse processo de construção, acha que temos espaços periféricos que vivenciam as violências tão parecidas ou até mais do que a própria cracolândia, por conta da invisibilidade, por conta do esquecimento do Estado e o quanto que a cracolândia acaba sendo esse recurso vivo para as bordas. Fala que sua pergunta enquanto projeto é o quanto olham para as bordas e o produto final disso é uma política pública, mas o

quanto olham para as bordas, pensando nesses espaços protegidos, que ficam muito a cargo dos espaços institucionais que temos hoje, a RAPS e que isso vai muito das equipes que estão ali na ponta pensando junto com usuários, nas cenas próximas, mas o quanto poderiam pensar em olhar esses processos de cuidado, esses processo mais pluralizados e de direito que são essas bordas que tem sofrido na região central.

Marcos responde que vão pensar nas bordas, que têm projetos semelhantes.

Angélica diz que entende e que tem uma crítica que faz ao COMUDA, que fica muito discutindo a cracolândia central, mas que tem mais de cinquenta cracolândia no município como um todo. E como vão pensar isso na periferia e acredita que essa pergunta é extremamente pertinente porque a ideia é que tenham pelo menos um projeto em outro, por exemplo, para tentarem fazer em outros lugares também. Enfatiza o quanto é importante pensar em pilotos em outras regiões da cidade também. Acha fundamental se conseguirem sair de uma reunião do Conselho com pelo menos um apoio à possibilidade de um projeto piloto único na cidade, já que tem que comemorar!

Marcos agradece a presença de todos e encerra a reunião as 17h00.